

PRESTAÇÃO DE PROVAS PÚBLICAS POR VIDEOCONFERÊNCIA
(projetos, trabalhos finais de licenciatura e trabalhos finais de mestrado)

Considerando a situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, tem-se justificado a publicação de vários diplomas legais visando a adoção de medidas excecionais para fazer face à situação de emergência decretada.

Considerando que, neste contexto, foi publicada a Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, a qual aprova medidas excecionais no âmbito da prestação de provas públicas por videoconferência.

Artigo 5.º Órgãos colegiais e prestação de provas públicas

- 1. A participação por meios telemáticos, designadamente vídeo ou teleconferência de membros de órgãos colegiais de entidades públicas ou privadas nas respetivas reuniões, não obsta ao regular funcionamento do órgão, designadamente no que respeita a quórum e a deliberações, devendo, contudo, ficar registado na respetiva ata a forma de participação.*
- 2. A prestação de provas públicas previstas em regimes gerais ou especiais pode ser realizada por videoconferência, desde que haja acordo entre o júri e o respetivo candidato e as condições técnicas para o efeito.*

Considerando, ainda, as recomendações e esclarecimentos às instituições de ensino superior, de 17 de abril de 2020, do Gabinete do Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior sobre a elaboração de planos para o levantamento progressivo das medidas de contenção motivadas pela pandemia COVID-19, as quais tendo em consideração “...a necessidade de assegurar a conclusão do corrente ano letivo em prazos tão próximos quanto possíveis do que se encontrava previsto no calendário escolar, evitando impactos negativos sobre o próximo ano letivo. Recomenda-se agora que, durante as próximas duas semanas e até 30 de abril de 2020, as instituições científicas e de ensino superior elaborem planos para levantamento progressivo das medidas de contenção atualmente existentes, incluindo a reativação faseada de atividades letivas e não letivas com presença de estudantes”.

Assim, tendo em conta a necessidade de garantir a salvaguarda da saúde pública e segurança da comunidade académica do ISEC Lisboa, e atendendo à nova moldura legislativa acima referida, mostra-se necessário, proceder a ajustamentos no que se refere especificamente à prestação de provas públicas para apresentação de trabalhos finais de projeto, de trabalhos finais de licenciatura ou de trabalhos finais de mestrado ou dissertações no presente ano letivo de 2019/2020.

As normas excecionais que agora se estabelecem visam regular a realização das referidas provas públicas na modalidade de ensino remoto de emergência, por videoconferência, através dos meios e plataformas disponíveis para o efeito no ISEC Lisboa.

Nesta conformidade, determina-se:

1. Na realização das provas públicas por videoconferência devem ser tidos em consideração os seguintes aspetos:
 - (1) Devem ser obtidas as manifestações de concordância prévia (por parte do presidente e vogais do júri e também do(a) candidato(a)), realizado através de uma declaração de anuência/concordância com este formato para a realização das provas públicas em suporte digital, assinado preferencialmente de forma digital ou digitalizada.;
 - (2) Aquando da concordância dos membros do júri em proceder às provas públicas, e após a definição da data para a realização das mesmas, deve ser enviada, pelos Serviços Académicos, uma mensagem ao(à) candidato(a) com:
 - a. Minuta do documento de concordância para realização das provas através de videoconferência, a qual deve ser devolvida pelo aluno, devidamente assinada (assinatura digital ou digitalizada) e ficar arquivada no seu processo individual;
 - b. Orientações sobre os procedimentos das provas públicas através de videoconferência;
 - c. Cópia do presente despacho.
 - (3) Após a marcação das provas públicas, os Serviços Académicos devem solicitar ao gestor das licenças Zoom, uma licença com a duração de 2h15min (30m antes das provas + 1h para a realização das provas públicas + 30m para deliberação e preenchimento da ata das provas públicas, 15 min para eventuais quebras e (re)acessos à ligação), em nome do Presidente do Júri;

- (4) O tempo útil das provas públicas deverá estar compreendido entre 60 minutos para os Trabalhos de Projeto e Trabalhos Finais de Licenciatura e 90 minutos para os Trabalhos Finais e Dissertações de Mestrado;
- (5) Deve ser publicada a data da realização das provas públicas no site do ISEC Lisboa, com link para a participação de quem queira assistir às mesmas, cumprindo o caráter de provas públicas;
- (6) As provas são realizadas por videoconferência, uma vez obtido o consentimento de todos os intervenientes. Caso o candidato se oponha à realização das provas por videoconferência, estas realizar-se-ão nas instalações do ISEC Lisboa, com a presença do candidato e Presidente do Júri. Os restantes membros do júri acompanharão as provas por videoconferência;
- (7) As provas públicas a realizar por videoconferência serão gravadas, uma vez obtido consentimento de todos os intervenientes;
- (8) As atas das provas públicas devem evidenciar o contexto de excecionalidade que legitima a prestação de provas por videoconferência;
- (9) A marcação das provas públicas e os respetivos resultados (qualitativos e quantitativos, quando aplicável), devem ser publicitados no site do ISEC Lisboa. A marcação das provas deve ser publicitada com antecedência, no mínimo de 15 dias antes da realização das mesmas, e os resultados devem estar públicos por um período não inferior a 3 meses. Após esse período, os resultados devem ser removidos do portal;
- (10) Da prova pública será pelo júri lavrada a ata, da qual obrigatoriamente constará:
 - a. A data, menção à forma de realização da prova pública com recurso à videoconferência e a identificação de todos os intervenientes;
 - b. A assinatura preferencialmente digital, ou digitalizada, de todos os membros do júri, podendo a assinatura ser aposta em documentos individualizados, os quais serão devidamente agregados no respetivo processo.
- (11) Mantêm-se em vigor todas as demais normas regulamentares sobre apresentação de trabalhos finais de licenciatura ou de mestrado que não entrem em contradição com o disposto no presente despacho, designadamente as que se refiram aos tempos de apresentação e discussão em provas públicas.
- (12) As provas públicas podem ser suspensas no caso de ocorrerem falhas de comunicação que impeçam a presença do presidente, do número de vogais necessário à existência de quórum ou do(a) candidato(a), por um ou mais períodos que cumulativamente não podem ultrapassar 30 minutos;

- (13) No caso de a suspensão ultrapassar os limites previstos no ponto anterior, ou de não estarem reunidas as demais condições técnicas para o normal funcionamento da videoconferência, compete ao presidente do júri interromper as provas, as quais terão que ser reagendadas, devendo ficar registada em ata a ocorrência.
- (14) Documentos a emitir e arquivar:
1. Declaração- Presidente do Júri–videoconferência (Anexo 1)
 2. Declaração- Vogal do Júri (arguente) – videoconferência (Anexo 2)
 3. Declaração- Vogal do Júri (orientador) –videoconferência (Anexo 2)
 4. Declaração- Candidato (a) – videoconferência (Anexo 3)
 5. Minuta de ata–Provas Públicas Videoconferência - provas de mestrado (Anexo 4)
 6. Minuta Voto Individual – Membro do Júri – videoconferência (Anexo 5)
 7. Minuta proposta de alterações – videoconferência (Anexo 6)
 8. Autorização para gravação – Membro do Júri (Anexo 7)
 9. Autorização para gravação – Candidato(a) (Anexo 8)